

# TEMPOS DE ENFRENTAMENTO AO NEOLIBERALISMO: RESISTÊNCIA JUNTO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

*FACING TIMES FOR NEOLIBERALISM:  
RESISTANCE TO SOCIAL POLICIES IN  
DEFENSE OF WORKING CLASS RIGHTS*

Maryvalda Melo Santos Costa **1**  
Célia Maria Grandini Albiero **2**

**Resumo:** Buscamos situar o leitor num resgate sobre os avanços neoliberais e as implicações na política social, revisitando alguns estudos que se debruçaram a analisar as consequências nefastas da ofensiva neoliberal e os rebatimentos para os direitos da classe trabalhadora. Surgem nesse contexto de intensificação da exploração das forças produtivas, o protagonismo e a organização da classe operária e dos partidos políticos, provocando a mudança do estado liberal para o estado social. Essa conquista foi significativa para dar direcionamento à política social, especificamente no Brasil que não vivenciou um welfare state, mas vivenciou a ditadura militar, ideológica e cultural. A profissão resgata sua gênese a partir da benemerência e da caridade social marcados até hoje e que se confundem no meio profissional. O Serviço Social se renova e assume uma postura hegemonicamente crítica, mas que não superou o conservadorismo enraizado em suas origens, sendo ponto de reflexão nesse estudo.

**Palavras-Chave:** Neoliberalismo. Políticas Sociais. Classe Trabalhadora. Direitos.

**Abstract:** We seek to situate the reader in a ransom on neoliberal advances and the implications for social policy, revisiting some studies that have focused on analyzing the harmful consequences of the neoliberal offensive and the rebounds to the working class rights. Arise in this context of intensification of the exploitation of productive forces, the protagonism and organization of the working class and political parties, causing the change from the liberal state to the social state. This achievement was significant in giving direction to social policy, specifically in Brazil that did not experience a welfare state, but experienced the military, ideological and cultural dictatorship. The profession rescues its genesis from the charity and social charity marked to this day and mixed in the professional environment. The Social Service is renewed and takes a hegemonically critical stance, but it has not overcome the conservatism rooted in its origins, being a point of reflection in this study.

**Keywords:** Neoliberalism. Social politics. Working class. Rights.

---

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9418442264184849>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3615-260X>.  
E-mail: mary.melo@uft.edu.br

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora Associada II da Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0843845640786689>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9036-7134>.  
E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br

## Introdução

Este estudo focado na temática “*Tempos de enfrentamento ao neoliberalismo: resistência junto às políticas sociais em defesa dos direitos da classe trabalhadora*” busca retratar sobre os avanços neoliberais e as implicações na política social, revisitando alguns estudos que se debruçaram a analisar as consequências nefastas da ofensiva neoliberal e os rebatimentos diretos para os direitos da classe trabalhadora. Surgem nesse contexto de intensificação da exploração das forças produtivas, o protagonismo e a organização da classe operária e dos partidos políticos, que provocaram a mudança do estado liberal para o estado social. Essa conquista foi significativa para dar direcionamento à política social, especificamente no Brasil que não vivenciou um *welfare state*, mas vivenciou a ditadura militar, ideológica e cultural.

Buscando traçar uma relação com o Serviço Social, trazemos algumas reflexões sobre o contexto histórico da profissão de forma a resgatar sua gênese a partir da benemerência e da caridade social marcadas até hoje e que se confundem no meio profissional, pois as ações cotidianas se metamorfoseiam em meio às práticas tão conservadoras quanto às exercidas no surgimento da profissão e suas bases fundantes.

Este texto, traçado diante de uma pesquisa bibliográfica se divide em duas partes a primeira envolvendo reflexões sobre a política neoliberal e os seus rebatimentos junto aos direitos da classe trabalhadora e numa segunda parte enfatizando a importância do Serviço Social em tempos de resistência e não de regressão.

Finalizando deixamos algumas aproximações conclusivas, mas inconclusas devido ao cenário sócio político e econômico brasileiro trazer a tona incertezas e inseguranças, mas a esperança de mudança através da resistência e da busca incessante por direitos sociais e justiça.

## A Política Neoliberal e os seus rebatimentos junto aos direitos da classe trabalhadora

Os reflexos da ofensiva neoliberal que vem atingindo diretamente a classe trabalhadora podem ser vistos com a ostensiva retirada dos direitos antes conquistados e consolidados pela Carta Magna Brasileira, bem como pela cooptação da organização coletiva dos segmentos sociais e, vem disseminando uma “blindagem”<sup>1</sup> que tem se restringido especificamente às instituições públicas como forma de impedir a livre manifestação do pensamento e a articulação dos segmentos civis organizados.

As mudanças ocorridas no país desde a década de 1990 contribuíram para a expansão mercantil, para a opressão, cerceamento de direitos sociais, restrição da seletividade nos programas e projetos sociais ofertados minimamente para a população usuária, traços marcantes do neoliberalismo.

A esse respeito, cabem-nos alinhar às discussões sobre a política de ajuste neoliberal aos estudos das autoras Behring e Boschetti (2006) quando apresentam o contexto sócio histórico do surgimento do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da mundialização do capital. No decorrer de suas discussões, as autoras apresentam fatos que nos ajudam a compreender o percurso histórico da política social e suas configurações no contexto neoliberal. Definem e justificam os termos: “estado social e estado liberal” para melhor compreensão da trajetória histórica. Como justificativa para a utilização do termo “Estado Social”, Behring & Boschetti (2006, p.24) afirmam que,

[...] a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, e menos ainda lhe atribuir uma designação ou caracterização para demonstrar que o fato de assumir uma “feição” social por meio de direitos implementados pelas políticas sociais, não retira do Estado sua natureza capitalista e nem faz dele uma instância neutra de produção de bem-estar.

Partindo desse ponto as autoras (2006) reiteram que o Estado sofreu modificações desde

---

1 Parafraseando Duriguetto e Demier, em “Democracia Blindada”, 2017.

a crise de 1929 passando a ser “[...] indutor de políticas keynesiana-fordista [...]” (p.24), podemos acrescentar que no contexto político atual, a regulação econômica do Estado tem atingido mais diretamente os setores responsáveis pela concessão de benefícios sociais para a população, não se restringindo apenas à assistência social, mas se expande para outras áreas como a educação, esportes, cultura, o que vem corroborar com a declaração das autoras sobre a natureza capitalista do Estado.

Para Behring & Boschetti (2006) as políticas sociais são o resultado das relações contraditórias determinadas pela luta de classes [...]. E, acrescentam ainda que: [...] não houve uma mudança radical entre os dois Estados (liberal e social) mas, sim, uma mudança na perspectiva do Estado liberal que se obrigou a assumir um caráter de proteção social investindo em políticas sociais, como afirmam:

Não se trata, então de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim chamar a atenção para o fato de ambos tem um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo. (Ibidem, 2006, p.63).

O aparecimento das Políticas Sociais no Brasil não segue o tempo histórico dos países capitalistas, apesar do escravismo no século XIX e o acirramento da luta da classe operária já estarem em evidência. Tal situação só foi assumida como questão política no início do século XIX assim como a instituição dos direitos sociais e outras conquistas da classe trabalhadora.

Essa organização de classes foi fundamental para a mudança do estado liberal no final do século XIX e início do século XX, para o estado social, pois evidenciou que as conquistas da classe operária não se deram sem luta tampouco ficaram apenas no campo das ideias: elas foram forjadas no interior das fábricas, alcançando todos aqueles que sofriam com a exploração do capital. Corroborando com Behring & Boschetti (2006) em relação à participação da classe operária e dos partidos políticos, assumindo seu protagonismo em prol das conquistas reivindicatórias, temos as considerações de Harvey (2005, p.139-140) conforme:

As lutas travadas nos termos dessa prescrição geraram notáveis frutos durante boa parcela do século XX, particularmente nos países capitalistas avançados. Apesar de não ter havido transformações revolucionárias, o crescente poder das organizações e dos partidos políticos da classe trabalhadora obtiveram ponderáveis melhorias dos padrões materiais de vida associados com a institucionalização de uma ampla gama de proteções sociais.

O autor acrescenta ainda que sem a organização da classe operária, os Estados-democráticos de bem-estar social, não existiriam “[...] os modelos adotados pelos países da Europa Ocidental e da Escandinávia, puderam ser considerados, apesar de seus problemas e dificuldades inerentes, modelos de desenvolvimento progressista [...]” (p.140).

Embora num contexto desfavorável, a organização da classe operária foi decisiva para que as conquistas reivindicatórias pudessem assumir um caráter de conquista civilizatória como já afirmavam Behring & Boschetti (2011). Essa conquista foi decisória e necessária, pois imprimiu o caráter revolucionário e de militância às organizações de classe. Na contemporaneidade temos um paralelo em relação à política neoliberal e sua forma nefasta de manifestar-se frente às forças produtivas: as relações sociais se precarizaram e os vínculos sociais se fragilizaram, houve a introdução de novas tecnologias no mercado de trabalho aperfeiçoando o processo de mecanização e substituição da mão-de-obra; a precarização dos vínculos trabalhistas deixou de se tornar nefasta, passando a ser naturalizada pela sociedade.

Essa naturalização da tragédia em massa causada pelas políticas neoliberais ganhou força, apoio e visibilidade de grande parcela da população brasileira que aceita e defende a ideia de que a liberdade econômica é a libertação de todos os problemas sociais do país, desconsiderando estudos científicos que comprovam exatamente o contrário: aumento do pauperismo, da exclusão social e da miséria; o patrimônio público é privatizado sem discussão ampla da sociedade; a questão ambiental não é prioridade do governo (apenas as riquezas extraídas); direitos são destruídos com

uma simples assinatura através das leis positivadas e a organização de classes já não tem mais a mesma efervescência de antes.

Essa é uma leitura enviesada, superficial e errônea que a sociedade faz do neoliberalismo e, sobretudo das privatizações, que tem se tornado uma prática cotidiana dos últimos governos e, mais contundentemente deste atual. Mudam-se os tempos, mas a natureza do capital continua a mesma.

Buscando contextualizar os constantes reflexos neoliberais nas políticas sociais, trazemos à tona a questão ambiental do país, que se tornou moeda de troca para os interesses políticos e econômicos do governo. O diferencial que o Brasil possui pelas inúmeras riquezas naturais, é traduzido pela biodiversidade da floresta Amazônica, o que já ficou evidente para alguns países que possuem acordos e tratados políticos. Tais acordos são justificados pelos altos investimentos de empresas estrangeiras que buscam extrair e aumentar suas riquezas, através da floresta. Trazemos uma relevante contribuição de Roy (2001) citado por Harvey (2012) ao considerar a perversidade do sistema capitalista em relação às privatizações de recursos naturais do patrimônio público que são alvos dessa política predatória, conforme afirma:

[...] A privatização, conclui Roy, é essencialmente “a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuras entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história [...]” (HARVEY, 2012, p. 133 Apud ROY, 2001, p.16).

Uma situação alarmante que envolve as riquezas naturais do país sendo gerenciadas por decisões políticas e lobistas a qualquer custo. A vida animal, a fauna e flora assim como as populações da floresta, povos indígenas e ribeirinhos todos são afetados, nenhum deles e nenhuma de suas riquezas foram preservadas. Lobbies são firmados como troca de favorecimento para empresas explorarem os recursos naturais da floresta Amazônica devastando não apenas o patrimônio nacional e internacional, mas significam corromper os cofres públicos com vendas bilionárias que não serão revertidas em políticas públicas para os povos e população atingida, será destinada para a acumulação de mais riqueza para a classe dominante. Essa é a natureza perversa do capital. Num cenário de despolitização, de negação de direitos sociais, de fragmentação das políticas públicas, o país assiste a todos esses desmandos com uma passividade tamanha que nos incomoda pensar no fato de estarmos regredindo na conquista dos direitos constitucionais.

Seguindo em nossa discussão sobre essa polarização que tomou conta da sociedade, retrucamos ao leitor sobre uma questão salutar: *que valor as conquistas das massas representaram para a sociedade civil?* Pois diante de tamanha barbárie social e econômica as perdas para a sociedade civil, classe trabalhadora e todas as organizações sociais que lutam em defesa do patrimônio público, acesso a bens e serviços, tem causado estranhamento, quando deveria significar o reconhecimento de que as conquistas representaram um legado de resistência e não de barganha.

Os atos discricionários do governo que extrapolam o bom senso, a organização coletiva e a construção de políticas públicas efetivas para a classe oprimida e ausência de diálogo, são consequências da ditadura ideológica que o governo tem disseminado através de um discurso vazio da sua política minimalista.

Nesse caso especificamente as reações foram inúmeras e muitas delas irreversíveis com rebatimentos trágicos para o trabalhador. E, diante da conjuntura atual econômica e política do Brasil, a classe trabalhadora não precisa se movimentar contrária aos desmandos: as reações acontecem independente de qualquer movimento contrário a atual conjuntura política do país. A ordem é banir qualquer ato suspeito que implique no que o governo classifica como “*balbúrdia*”<sup>2</sup>,

<sup>2</sup> Justificativa dado pelo Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, para as manifestações nas universidades. Ameaçou a suspensão de recursos destinados às universidades que estiverem promovendo tais manifestações e não alcançarem os índices preconizados pelo MEC. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em 15/08/2019.

generalizando não apenas a criminalização dos movimentos estudantis, mas se estende a qualquer forma de expressão popular das massas.

Temos presenciado o país caminhar para o que muitos estudiosos já denominam de “mal-estar social” porque é o que veementemente as políticas sociais tem se tornado, perdendo pouco a pouco o caráter de “conquista civilizatória”. Para dialogar nessa discussão, sobre a continuidade assistencialista da política social, temos as reflexões de PEREIRA (2010, p.10):

Contudo, o discurso da universalidade não foi de todos suprimido dos planos governamentais. A tensão que se estabeleceu entre a antiga prática universalista e a atual valorização das políticas focalizadas, fez com que prevalecessem três arranjos de intervenção social que atestam a diminuição da intensidade protetora do Estado: a adoção de um universalismo que deixou de ser total, para ser segmentado ou contido; de um particularismo social ou categorial que privilegia demandas de grupos específicos, em lugar de demandas de classe; e da mercantilização das políticas sociais, que debilita direitos sociais, face a empecilhos ideológicos e operacionais à concretização desses direitos. Além disso, a presença atual de fenômenos globais ausentes no passado, como o crescente envelhecimento populacional, o desemprego estrutural, a reestruturação da família e a dinâmica migratória, requerem, da política social, difíceis orientações, que continuam em aberto.

Conforme declarado, essas transformações que ocorreram refletiram em todas as políticas setoriais e acabaram impondo limites entre o ideal e o real, ou seja: as ações continuaram a ser focalizadas e mediatizadas reduzindo a prática profissional a meros “apaga-incêndios<sup>3</sup>”. Paralelo às considerações de Pereira temos as reflexões de Vianna<sup>4</sup> (2010) ao reiterar que as garantias constitucionais que imprimem a universalidade dos direitos sociais, básicos e essenciais para a população nunca deixaram de ser parcialmente<sup>5</sup> universais, uma vez que não são garantidos na sua integralidade. A autora aborda o cenário político e econômico do Brasil na década de 1930 percorrendo o período de pós-ditadura militar até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em seus relatos, resgata o caráter assistencialista que se expandiu através do sistema de proteção social brasileiro e reflete-se até os dias atuais nas políticas públicas.

A autora acrescenta que, diferentemente do que ocorreu no sistema de proteção social americano, no Brasil o sistema agiu inversa e perversamente contra a classe trabalhadora, a exemplo, utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS) para evidenciar sua tese: “[...] O SUS teoricamente universal, é seletivo na prática; o americano é institucionalmente seletivo [...]” (VIANNA, 2010, p.152). Nesta afirmação temos claro que existem critérios para atendimento da população usuária, a premissa da universalidade não garante atendimento e assistência a quem necessita; um exemplo claro são as inúmeras judicializações que se acumulam contra os municípios e estados sem previsão de resolutividade. A tendência é aumentar a fila dos processos judiciais contra os gestores públicos. Sem expressar pessimismo da situação, mas diante do que o país tem sofrido nas últimas décadas, reiteramos que as judicializações não garantem a vida do indivíduo, tampouco conseguem coibir o descaso com que tratam as políticas públicas nesse país.

Em relação às características apontadas por Vianna (2000) sobre a seletividade do SUS, a autora acrescenta que o sistema é falho. Conforme destaca: “[...] ausência de regras para o funcionamento do mercado e mecanismos para fiscalizá-lo [...]” (VIANNA, 2000, p.152), em suma: sem mecanismos de fiscalização do recurso público não é possível garantir lisura nos processos

3 Referimo-nos a essa terminologia informal, que tem sido bastante utilizada em muitas políticas públicas, principalmente na área da saúde e da Assistência Social, com justificativas governamentais que o recurso está escasso.

4 Para maiores informações, consultar: **Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil.(2000)** Vianna, Teixeira Wernec, Maria Lúcia.

5 Consideramos que os direitos sociais são parcialmente universais e não integralmente universais, porque ao Estado é mais vantajoso manter os que já tem e não ampliar tais direitos.

licitatórios, conseqüentemente os usuários do sistema, receberão, não apenas serviços de procedência duvidosa e de má qualidade, mas implica em colocar em risco iminente à saúde de toda uma população em detrimento do aumento da fatia do bolo para os mais ricos.

Contextualizando as reflexões das referidas autoras sobre as ingerências nas políticas sociais, sobretudo na saúde pública, temos as considerações de Bravo (2000) ao percorrer o caminho traçado até aqui na constituição do SUS, como fruto da militância da sociedade civil e segmentos organizativos em prol de condições materiais para acesso à saúde sem restrições previdenciárias.

Destaca-se que no contexto político dos anos de 1990 o país sofre mais intensamente as conseqüências nefastas da política de ajuste neoliberal que transfere responsabilidades estatais para a sociedade civil reduzindo os direitos sociais e cerceando a liberdade da população. No setor de saúde, esse reflexo tornou-se mais expressivo tendo em vista que o acesso gratuito à saúde foi conquistado pela população brasileira, através da recusa ao modelo de Seguridade Social adotado, modificando o olhar unilateral e previdenciário com o qual estava sendo conduzida a saúde. Conforme BRAVO (2000, p.14):

A afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e educação. A proposta de Política de Saúde construída na década de 1980 tem sido desconstruída. A Saúde fica vinculada ao mercado, enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise. A refilantropização é uma de suas manifestações com a utilização de agentes comunitários e cuidadores para realizarem atividades profissionais, com o objetivo de reduzir os custos.

Como bem destaca Bravo, o papel do Estado deixa de ser “provedor” e passa a ser “regulador das políticas sociais”. Essa ausência do Estado causou muitas conseqüências desastrosas aos serviços e cofres públicos, afetando as propostas coletivas, a democracia, a efetivação de direitos sociais. Esse reflexo teve proporções em todas as políticas públicas, sobretudo na educação e na saúde como sendo as mais amplas e mais acessíveis à população.

A esse respeito, é salutar destacar as considerações de Salvador (2012) sobre as transformações macrossocietárias nas políticas sociais, enfatizando a necessidade de discussão do fundo público para garantia dos direitos sociais e para o financiamento de tais políticas, conforme destaca:

O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica. No Brasil, o fundo público ganhou contornos restritivos, tanto pela ótica do financiamento como pela dos gastos sociais, muito aquém das já limitadas conquistas da socialdemocracia ocorrida nos países desenvolvidos. Até mesmo as “reformas” realizadas por dentro do capitalismo central não lograram o mesmo êxito em nosso país, uma vez que a estruturação das políticas sociais foi marcada por componentes conservadores, que obstaculizaram avanços mais expressivos nos direitos da cidadania. (Salvador, 2012, p.2-3).

De acordo com Salvador (2012) o ajuste das políticas sociais na ideologia neoliberal se expressa pela concentração de renda via orçamento público que “[...] não se alterou no governo Lula (2013) [...]” (Salvador, 2012, p.8), o que houve na realidade foi à extinção das fontes exclusivas de financiamento para as políticas sociais “[...]”, pois altera de forma substancial a vinculação



das fontes de financiamento exclusivas das políticas da seguridade social (previdência, saúde e assistência social), educação e trabalho [...]” (Salvador, 2012, p.8).

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha representado alguns avanços para a classe trabalhadora como garantias de acesso nas políticas de saúde, educação, assistência social, dentre outras, houve uma regressão dessa conquista social com o avanço e estabelecimento da ofensiva neoliberal nos país mais intensamente na década de 1990. A política neoliberal reduz paulatinamente as conquistas sociais em detrimento de aumento e acúmulo de riquezas para o empresariado, para os ricos, para os que detêm maior concentração de riquezas.

Diante do que fora exposto, pode-se perceber que os governos não buscaram alternativa viável (e mais rentável) do ponto de vista do financiamento público que não fossem as fontes de financiamento que beneficiassem diretamente as classes mais pauperizadas, fortalecendo o ciclo do conservadorismo em relação ao assistencialismo. O autor destaca ainda que os “gastos sociais” estão aquém das conquistas sociais, ou melhor, explicitando<sup>6</sup>: “o governo só investe naquilo que lhe dá lucro, que lhe é rentável (a curto prazo) que tem valor de troca”; o que já ficou muito explícito por estudiosos que analisam criticamente a economia e o sistema de proteção social do país. A mão-de-obra do trabalhador é uma das formas mais nefastas que o capital tem para ampliar seu ciclo de exploração, não permitindo ao trabalhador possibilidades de modificar tal situação nessa sociabilidade. E, nesse ciclo de intensa exploração social de sua força de trabalho pelo seu empregador, temos, não uma via de mão dupla, mas uma única via, pois o trabalhador não vê outra saída: precisa voltar para casa, dar o sustento à sua família e reiniciar a mesma jornada novamente no dia seguinte.

Sem intenção e longe de sermos fatalistas, nos instigamos sobre uma hipotética situação: *“quais as possibilidades reais do trabalhador realizar algum enfrentamento sem nenhuma perda (econômica, social, política) diante do seu empregador?” Quem lhe dará garantias de sobrevivência? Este trabalhador possui realmente condições de escolha nessa atual conjuntura?* São alguns questionamentos que a nosso ver são cruciais para uma interpretação crítica da atual conjuntura político-econômica que estamos atravessando e que precisam ser densamente discutidas não apenas porque atinge uma parcela mais pauperizada do país, mas porque diz respeito à sociabilidade que vivemos. Uma sociabilidade líquida<sup>7</sup>, consumista, exploradora e que nesse contexto abraçou o discurso do governo federal e de seus aliados, esqueceram-se tão rapidamente dos tempos árdus que o Brasil passou na ditadura militar e que estão sendo paulatinamente reavivados, que não estão se dando conta do caos que está prestes a vir.

Vemos com grande preocupação que os avanços da ofensiva neoliberal começam a ser vistos pelo senso comum, não mais como um perigo aos direitos sociais, mas como algo naturalizado nas próprias relações sociais. Um exemplo claro que temos são atos políticos que recebem apoio da opinião pública e de grande parte da sociedade, como: as privatizações do patrimônio público ora contestadas pela sociedade civil que recebem apoio maciço para explorar as riquezas do país. Nessa cadeia de troca e venda do bem público, temos a reforma da previdência que tem sido o centro das discussões no país, com discursos pomposos, o governo se utiliza de artifícios nefastos para ocultar as perdas irreversíveis para a classe trabalhadora e para aqueles que estão fora do mercado de trabalho e, que sofrerão as mesmas consequências.

Dessa forma, é necessário reconhecer que essas transformações societárias não são um fenômeno novo fruto dessa conjuntura, mas podem ser combatidas por essa sociabilidade a partir da resistência e resiliência a todos os ataques sofridos pelo capital e que dão sinais de que não irão se esgotar. *“Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora<sup>8</sup>.”*

## Serviço Social: Tempos de resistência e não de regressão.

Nesse contexto de intensificação da exploração e expropriação das forças produtivas é salutar ter rigor teórico para o pleno exercício da capacidade crítica frente aos inúmeros retrocessos

<sup>6</sup> Nossa percepção a partir da referência aos cortes, às reformas tributárias, cerceamento de direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 e que hoje nessa atual conjuntura, se dissolveram e tendem a ficar cada vez mais reduzidos.

<sup>7</sup> Referindo-nos a expressão utilizada por Zygmunt Bauman, em seus estudos sobre a fluidez das relações sociais, da modernidade líquida, já referenciada no final deste trabalho.

<sup>8</sup> Alusão à campanha do conjunto CFESS/CRESS, pelo Dia do Assistente Social, 2019.

sociais que tem incidido sobre a população pauperizada.

Destaca-se na referida discussão, o papel do assistente social como um trabalhador que também vende sua força de trabalho e, portanto não pode ter em seu arcabouço teórico discursos rasos, vazios, sem uma análise da realidade pautada numa crítica sedimentada nas bases marxistas, necessária para compreensão e enfrentamento da contínua exploração do capital em detrimento da classe trabalhadora.

O Serviço Social atravessa um processo complexo de intensas modificações frente às crises do capital e que desafia a profissão ao que Paulo Netto (2013, p.4) chamou de “[...] vetor da regressividade da profissão” - o assistencialismo. E, prossegue em suas análises discorrendo sobre “[...] o surgimento da profissão nas últimas três décadas desde sua institucionalização à consolidação profissional [...]”. (PAULO NETTO, 2013, p.5), conforme:

A mencionada hipertrofia, nas condições em que se tem efetivado, tende, de uma parte, a reduzir a intervenção profissional ao exercício técnico elementar de uma assistência refilantropizada e, de outro, a reconduzir o discurso teórico profissional a âmbitos sociais microscópicos. Ou seja: de uma parte, a profissão corre o sério risco de perder o estatuto acadêmico a que se alçou com a sua consolidação, convertendo-se em profissão mera e elementarmente técnica e de segunda linha; de outra, os intentos de renovação crítico-teórica tendem a recolocar, mais sofisticadamente, os impasses e limites de uma profissão de corte “psico-social” (ou, como se disse acima, gravitando nos restritos círculos do trabalho centrado em indivíduos e com pequenos grupos) – como é verificável em significativos e recentes esforços de teorização profissional. (PAULO NETTO, 2013, p 24)

Vivemos tempos de luta e resistência. Resistência em meio aos processos de trabalho precarizados que acabam refletindo-se nas relações sociais com os sujeitos. As múltiplas precarizações fazem com que as demandas profissionais sejam condicionadas/engessadas pela instituição a partir da concepção de contrarreformas do estado como fruto do ajuste neoliberal. Para Demier; Duriguetto (2017), o capital precisa blindar, impedir qualquer movimento coletivo que se levante na instituição e coloque em perigo o que está posto. Suas regras e normas institucionais estão acima de qualquer ato que estreite as relações entre o Estado e a classe trabalhadora, ou melhor, dizendo: a ação do capital diante da articulação da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, sociedade civil organizada, é cercear a livre manifestação do pensamento que ainda resta ao cidadão brasileiro (embora já esteja ameaçada). Uma de suas estratégias mais nefastas se deu através de cortes no orçamento público das instituições de ensino, de fomento, dentre outros aparelhos estatais que, possibilitam à população sair da inércia e do conformismo que estão disseminando.

Utilizando-se da liberdade de pensamento e manifestação, previstos na Constituição Federal de 1988 é que o conjunto CFESS/CRESS organizou diversos materiais e campanhas, fóruns de debates, encontros, dentre outros para alertar a população e principalmente os profissionais da área sobre o repúdio e combate a qualquer forma de cerceamento que o governo vem disseminando e impondo nos órgãos públicos e para a sociedade civil organizada. Além desses materiais divulgados em meio virtual e físico, o conjunto CFESS/CRESS realizou eventos diversos e publicou material alusivo aos 80 anos da resistência e luta histórica do Serviço Social pelo fim dessas desigualdades, resgatando a construção da identidade num momento em que o país vivia (e ainda vive) um cenário político desfavorável aos direitos sociais no ano de 2017.

Essa lógica exige que o Assistente Social seja apenas um mediador de conflitos entre o usuário e a instituição, deixando de ser interventor. A função e a capacidade técnica do profissional vão além da execução de programas e projetos e deve estender-se também ao planejamento das políticas públicas. Conforme Iamamoto (2000, p.17) o profissional deve:

[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade



e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

Buscando uma aproximação dialogada com a fala da autora, o Assistente Social precisa se articular com todas as políticas sociais e buscar ser o mais propositivo possível não se limitando apenas ao atendimento da população usuária no interior da instituição, mas deve atuar “extra-muros” fora desse contexto de conservadorismos que cerceiam a liberdade profissional. O profissional deve “atender no chão da fábrica”, sentir a agonia do trabalhador, perceber quão perversa é essa trama que envolve a sociedade num conformismo não só de ideologias vazias, mas de ações minimalistas que se eternizam em meras concessões. Nesse sentido, a profissão tem buscado romper com o caráter paternalista e caritativo do Serviço Social e, o divisor de águas dessa conquista, é o seu projeto de profissão.

O Serviço Social Brasileiro assumiu um ideário emancipatório herdeiro da luta dos trabalhadores calcado na contradição capital x trabalho. Como fruto dessa luta e enfrentamento da profissão, nasce o projeto ético político representando um divisor de águas para a categoria que reitera a conquista da autonomia e do protagonismo do profissional. É um projeto que nos desafia a revisitar a história do Serviço Social frente à ofensiva neoliberal e as constantes transformações societárias que vem avançando a cada dia e enfraquecem cada vez mais as formas de organização coletivas.

Esse movimento de contramão do sistema capitalista requisita que o Serviço Social através de diversas entidades e representações civis, busque formas de enfrentamento dessa lógica inversa e nefasta em detrimento das classes mais pauperizadas.

Num cenário de completa negação dos direitos sociais, de proposituras minimalistas e centralizadoras, o projeto ético político da profissão corre riscos, embora sua hegemonia seja aceita entre a categoria existe uma parcela que não compreende não aceita e discorda desse projeto profissional, o que demonstra o pluralismo da classe. *Afinal de contas, porque existe tanta discussão a esse respeito? O que de fato significa para o Serviço Social, o projeto ético político?* Diante desta discussão (longe de ser finita) nos reportamos à fala de Paulo Netto (1999, p. 104-105) a fim de compreender sua propositura ao afirmar que:

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Paulo Netto (1999) nos instiga a compreender a essência do projeto de profissão que foi um anseio de toda uma categoria profissional que lutava (e luta) para romper com o pragmatismo e o tecnicismo, tão presentes ainda hoje. Conforme o autor, uma das bandeiras de luta da categoria seria “[...] um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais [...]”. Que desafiador! Mas não impossível, uma vez que a profissão é germinada na contradição entre capital e trabalho, pois esse compromisso com a classe trabalhadora e oprimida precisa ser mais combativo e menos representativo.

Sua militância deve ser voltada às massas como respeito ao Código de Ética Profissional

(1993), uma vez que o objeto de estudo do Serviço Social são as expressões e manifestações da “questão social” que podem ser vistas através da pobreza, drogadição, violência, desigualdade social, dentre outras.

A seguir traçamos algumas aproximações conclusivas, porém inconclusas diante da conjuntura brasileira atual.

## Aproximações Conclusivas

Portanto, o profissional deve atuar nas consequências de tais mazelas através de uma análise de conjuntura considerando a história da profissão e de sua recusa ao sistema que hoje está posto, sem romantismo ou fatalismo, mas através da objetivação cotidiana. O assistente social precisa ter uma leitura sedimentada na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora evitando relativizar as constantes e nefastas transformações societárias.

Diante dessa situação é necessário alertar a população mais pauperizada e despolitizada sobre estes avanços nefastos, o que exige consequentemente profissionais capacitados, inseridos nas políticas sociais e que compreendam que as perdas sociais e econômicas são um retrocesso social e o profissional não pode permanecer inerte a esse processo. Nesse embate, profissional e a população usuária encontra-se num mesmo ciclo de reprodução social que visa lucros, adoecimentos, exploração do trabalhador e negação de direitos.

O Serviço Social é uma profissão com mais de 80 anos de história na militância profissional e defesa da classe trabalhadora, articulando-se a entidades classistas, movimentos sociais, associações e demais mecanismos de participação e controle social. São estratégias utilizadas para fortalecer o combate ao sistema capitalista, buscando evidenciar a luta pela socialização da riqueza produzida no país e que tem sido mal distribuída, expandindo o aumento do pauperismo e da exclusão social.

Assim, cabe à categoria se organizar politicamente para combater aos ataques contínuos do neoliberalismo, utilizando-se não apenas de ações pontuais, mas imbuídos pela militância e organização de classes, sem perder de vista a centralidade da profissão e sua defesa por uma sociedade menos desigual.

## Referências

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2006, volume 2. Cortez Editora.

\_\_\_\_\_. **Política Social: fundamentos e história**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre as fragilidades dos laços humanos**. Editora Zahar, 2004.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Questão da Saúde e Serviço Social: as práticas profissionais e as lutas no setor**. Tese de Doutorado. Departamento de Serviço Social PUC/SP, 1991. pp 02; 04;24.

DEMIER, Felipe. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio./ago. 2017.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola, 2012. São Paulo.

\_\_\_\_\_. In: **O Novo Imperialismo**. Apud A. ROY, Power Politics, Cambridge, Massachusetts, South End Press, 2001, p.16.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação Profissional**. 22ª edição. Cortez, São Paulo, 2000.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós 64. p. 131, 133, 149.

\_\_\_\_\_. **Revista Serviço Social & Sociedade**. O Movimento de Reconceituação. Ano XXVI, Novembro de 2005, Editora Cortez. p. 18.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Política Social do Segundo Pós-Guerra: Ascensão e Declínio. p 10. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP v. IX, n. 10, Dez 2010.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o Financiamento das políticas públicas no Brasil. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 14, 2012.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Editora Revan. Rio de Janeiro, 2000.

Recebido em 30 de setembro de 2019.

Aceito em 20 de janeiro de 2020.